



Bloco de Esquerda
Grupo Parlamentar

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 176/XIII/1ª

PELA REPOSIÇÃO DAS QUOTAS LEITEIRAS NA UNIÃO EUROPEIA E PROTEÇÃO DA FILEIRA DO LEITE PORTUGUÊS

Em Portugal existem cerca de 7000 explorações leiteiras com uma grande capacidade produtiva e condições tecnológicas das mais eficientes no mundo. O setor leiteiro emprega direta e indiretamente cerca de 100 mil pessoas. São gerados pela fileira do leite português cerca de 2 mil milhões de euros, desde a produção à transformação de produtos lácteos. A sua relevância económica e social, bem como a sua importância na autossuficiência alimentar, são inquestionáveis.

Trata-se de um setor com carácter estratégico que se encontra gravemente ameaçado. Segundo dados do Observatório Europeu do Mercado do Leite, 2015 foi extremamente negativo para o setor leiteiro. O ano em que terminou o regime das quotas leiteiras na União Europeia acabou com um preço médio pago ao produtor português à volta dos 28 centavos por litro - menos 6 centavos do que em dezembro de 2014, 2 centavos abaixo da média da UE. Mais recentemente, já em 2016, chegam-nos relatos de produtores que recebem 17 centavos por cada litro de leite que produzem, valor claramente abaixo do custo de produção, estimado em 34 centavos por litro e com tendência para aumentar no futuro.

Os nossos vizinhos galegos, igualmente afetados pelo fim das quotas leiteiras, reagem violentamente à entrada de leite português em Espanha e impedem a passagem dos nossos camiões em território espanhol.

O excesso de leite produzido na UE com a liberalização, devido ao desequilíbrio entre a oferta e a procura internas, cruza-se com a quebra das cotações da manteiga e do leite em pó, o embargo da Rússia aos produtos agroalimentares da UE e o abrandamento das importações pela China.

O chamado “pacote leite” da UE, que pretendia uma melhor contratualização da produção, tem limitações já reconhecidas pelos próprios legisladores. O Observatório do Mercado do Leite não demonstra, por si só, qualquer capacidade para enfrentar esta situação.

Os agricultores acumulam dívidas a fornecedores, abatem animais, cortam na sua alimentação e, muitos deles chegam ao fim do mês sem rendimento disponível, obrigando-se a abandonar o setor e mesmo a atividade agrícola. Nestas condições, é praticamente impossível viver da produção de leite em Portugal.

Uma análise séria deste panorama de crise só poderá concluir que o fim do regime das quotas, sem prever o impacto dessa decisão nos agricultores portugueses e demais parceiros europeus, constitui o principal problema responsável pela atual situação. A “aterragem suave” de que falava a Comissão Europeia, referindo-se ao fim das quotas leiteiras, veio a tornar-se num estrondoso desastre para a agricultura.

Os mecanismos que obriguem a uma divisão mais justa de custos e lucros, e os propalados compromissos entre a produção e a grande distribuição, tardam em chegar. Em vez disso, continuamos a importar uma enorme quantidade de produtos lácteos, originando um défice de 200 milhões de euros para o setor, e os desequilíbrios entre regiões produtoras na UE tendem a agravar-se.

Sem uma posição firme e resoluta do Governo junto dos nossos parceiros da UE (eles próprios a sofrerem bastante com esta crise no setor), iremos certamente assistir ao definhamento das explorações cujo trabalho ainda permite a autossuficiência na produção de leite em Portugal, com consequências económicas e sociais previsivelmente complexas. Urge, portanto, uma mudança significativa das políticas para o setor.

Ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda propõe que a Assembleia da República recomende ao Governo que:

- 1 - Defenda na União Europeia a reposição do regime das quotas leiteiras, como iniciativa urgente e razoável para proteger Portugal e a UE em geral da grave crise, que se aprofunda, no setor do leite;
- 2 - Tome medidas concretas para influenciar a adoção de contratos entre a grande distribuição, a indústria e a produção, no sentido da obtenção de um preço mais justo e um tratamento digno para os produtores;
- 3 - Assuma, como objetivo imediato, atingir a curto prazo em Portugal um preço ao produtor semelhante ao da média comunitária;
- 4 - Tome as medidas necessárias para o esclarecimento dos consumidores sobre a boa qualidade do leite português.

Assembleia da República, 3 de março de 2016.

As Deputadas e os Deputados do Bloco de Esquerda,